

“64- Brasil continua”: História, memória e as impressões da Folha de S. Paulo sobre o golpe militar de 1964

André Bonsanto DIAS¹

Resumo: “64- Brasil continua” foi um suplemento especial lançado pela *Folha de S. Paulo* em 31 de março de 1964 que procurava comemorar, com esperança e otimismo, os novos rumos da nação nas vésperas do golpe militar no Brasil. Este estudo tem como objetivo analisar as impressões da *Folha* sobre o golpe a partir da construção deste acontecimento nas páginas do suplemento e em suas opiniões editoriais, contrastando com algumas lembranças sobre o período, rememoradas por jornalistas e dirigentes do jornal sob outras conjunturas. Respalgadas por interpretações históricas sobre o tema, as lembranças daquele período auxiliaram a legitimar a imagem de uma empresa que mantinha posições impassíveis frente àquele conturbado cenário político. Entendendo a memória como um processo social e seletivo, procura-se aqui problematizar como se deu uma construção particular da história da empresa que procurou “utilizar” este passado sob uma forma que sutil e extrinsecamente acabou por direcionar a memória e o esquecimento.

Palavras-chave: História; memória; imprensa; *Folha de S. Paulo*; ditadura militar.

“64- Brasil continua”: Historia, memoria y las impresiones de la *Folha de S. Paulo* sobre el Golpe militar de 1964.

Resumen: “64-Brasil continua” fue un suplemento especial lanzado por el periódico *Folha de S. Paulo* el 31

1 Professor Colaborador do departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná - UFPR. Mestre em Comunicação pela UFPR (2012). Graduado em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda (2007) e História (2008) pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. Email: andrebonsanto@hotmail.com

de Marzo de 1964 que buscaba celebrar, con esperanza y optimismo, los nuevos rumbos de la nación en la víspera del golpe militar en Brasil. Este trabajo tiene por objetivo analizar las impresiones de la *Folha* sobre el golpe a partir de la construcción de tal acontecimiento en las páginas del suplemento y en sus opiniones editoriales, en contraste con algunos recuerdos sobre el período rememorados por periodistas y dirigentes del periódico en otras coyunturas. Respalgada por interpretaciones históricas sobre el tema, los recuerdos de aquel periodo ayudaron a legitimar la imagen de una empresa que mantenía posiciones impassibles frente a aquel revuelto escenario político. Entendiéndose la memoria como un proceso social y selectivo, se busca aquí problematizar como se dio la construcción particular de la historia de una empresa que buscó “usar” este pasado de una forma que, sutil y extrínsecamente, terminó por direccionar la memoria y el olvido.

Palavras-clave: Historia; memoria; prensa; *Folha de S. Paulo*; dictadura militar.

A questão dos “usos do passado” tem tomado cada vez mais a preocupação dos estudiosos da comunicação em sua relação com a história e a memória (BARBOSA, 2008). Preocupação não apenas epistemológica uma vez que, empiricamente, tem-se observado cada vez mais a efetiva utilização deste passado na pauta diária de textos da imprensa (CASADEI, 2010). Passado que a imprensa se utiliza para construir determinados acontecimentos sob visões particulares que, de tempos em tempos, acabam por se reconfigurar em conjunturas diversas.

Nesta perspectiva, a mídia noticiosa se instaura como um importante “lugar” onde memórias se ancoram e cristalizam pois, infere-se aqui, a memória é essencialmente coletiva e social (HALBWACHS, 2004) mas está, acima de tudo, passível a confrontamentos e negociações (POLLAK, 1992). Memória é, portanto, identidade e a imprensa, ciente ou não, trabalha com ela nas constantes construções, reconstruções e rememorações de seus acontecimentos, a partir do momento em que seleciona e se utiliza de um presente que, ao se tornar passado, é acionado visando objetivos particulares. Desta forma, é fundamental em estudos que priorizam esta problemática, saber em que medida os atores envolvidos no confronto das lembranças e esquecimentos acabam ou não por utilizar uma política da “justa memória”, questão

que está condicionada a usos, abusos e manipulações (RICOUER, 2009).

Partindo destas premissas este artigo tem como objetivo percorrer alguns rastros do passado do jornal *Folha de S. Paulo* para entender como este construiu um acontecimento que foi crucial para moldar sua identidade para os anos vindouros: o golpe de 1964. Amparada por uma história que legitimou a ideia de que o jornal foi pouco combativo nos momentos iniciais de deflagração do regime, as lembranças deste período – rememoradas, por seus dirigentes, jornalistas e colaboradores e respaldados por análises referentes ao tema - são interpretadas como um momento de caráter muito mais econômico do que político. Construção que se dá, como veremos, por ambiguidade e contradição, de forma que a memória, acionada nos seus mais diferentes presentes, acaba por ressignificar o acontecimento.²

O acontecimento será aqui analisado a partir de um documento até então pouco utilizado nas análises históricas referentes ao periódico. Um suplemento especial lançado em 31 de março de 1964, véspera do golpe, sob o título de “64-Brasil continua”, que evidenciava muito bem as opiniões do jornal naquele conturbado cenário político-social.³ Acredita-se ser fundamental perceber estas contradições: vozes do passado e do presente, vozes que insurgem um passado e que projetam um futuro, uma vez que hoje, em tempos de Comissão da Verdade, a imprensa vem se posicionando de forma a se comprometer com um discurso que busca uma interpretação “correta” do passado e/ou que procure evidenciar certa “verdade histórica” frente àqueles anos.⁴

2 Para uma análise mais detalhada sobre a questão da construção da(s) identidade(s) do periódico em sua relação com a memória da ditadura militar, consultar DIAS (2012). A intenção aqui não será percorrer todo este trajeto, mas perceber como a construção do acontecimento contrasta com algumas dessas memórias, legitimadas pela própria interpretação da história do jornal ao longo dos anos.

3 Com exceção de um projeto de pesquisa desenvolvido pelo historiador da PUC-SP Luiz Antonio Dias (2010) que cita de forma breve e pontual o suplemento, não há indícios de estudos na bibliografia especializada que mencionem as posições da *Folha* neste momento sob o viés do documento em questão.

4 O recente projeto *Folha Transparência*, idealizado pelo grupo Folha e amparado pela nova Lei de Acesso à Informação, tem por objetivo divulgar documentos e informações mantidos até então em sigilo pelo Estado. Documentos referentes à ditadura e aos órgãos de repressão vêm sendo revelados e tem virado pautas de destaque no jornal. Numa tentativa de, ao que parece, dar respaldo à sociedade frente às pressões da Comissão da Verdade e garantir legitimidade e “pioneirismo” às iniciativas do jornal. Para mais sobre o projeto consultar: <http://transparencia.folha.com.br>

Mas até que ponto a imprensa, enquanto um ator social que carrega consigo a memória de uma coletividade auxiliou, pelo uso, abuso e manipulação das lembranças e esquecimentos, na legitimação de uma história que ainda hoje insiste em perdurar como praticamente irrefutável? Qual seu papel na consolidação desta memória coletiva e como isto veio a materializar a própria construção de sua identidade? Procura-se aqui ampliar um pouco esse leque de possibilidades interpretativas, contribuindo com a cada vez mais intrínseca relação entre o campo do poder midiático e a questão da memória no discurso da mídia noticiosa.

Memórias de uma história: a *Folha* e as interpretações sobre o preâmbulo do golpe

Discorrer sobre as memórias da *Folha de S. Paulo* durante o período do regime militar no Brasil é discorrer sobre a gestão dos Frias que se inicia a partir dos anos 1960, mais especificamente em 1962. Até então, a *Folha*, que surgiu em 1921 sob o nome de *Folha da Noite*, sofreu diversas reformulações, sendo que se torna complicado falar em uma continuidade marcante em sua trajetória. O jornal foi comprado e vendido inúmeras vezes ao longo de quase cinco décadas, até se estabilizar na direção com a família Frias. Para Nicolau Sevcenko, historiador que comentou a edição comemorativa das principais capas da *Folha* em 60 anos, o jornal possui uma característica em constante reformulação, vivendo de rupturas que vão da direção da empresa à linha editorial. A história da *Folha* seria, portanto, “[...] muito mais a trajetória de muitas mudanças, do que o desdobramento linear de uma identidade permanente, estável, resolvida” (SEVCENKO, 1985, p. 13).

Marcado por rupturas, pode-se afirmar que, quando Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho adquirem a empresa em 1962, o jornal passa a assumir uma característica própria e mais marcante do que aquela que viria a se consolidar futuramente. O fato inicial se dá com a concretização da *Folha de S. Paulo* como o principal jornal do grupo, antes fragmentado em três edições diárias.⁵ No entanto, a *Folha* encontrava-se em uma situação financeira complicada e seus proprietários necessitaram de grande empenho para sair da “esclerose administrativa” pela qual

5 O jornal *Folha de S. Paulo* viria a se constituir apenas em 1960 quando se “fundiram” os três jornais do grupo: *Folha da Noite* (fundado em 1921), *Folha da Manhã* (1925) e *Folha da Tarde* (1949). Para a história inicial do grupo *Folha* recomenda-se a consulta a MOTA e CAPELATO (1981).

a empresa passava. Cláudio Abramo, importante jornalista nesta fase da *Folha*, relembra o momento em que assumia a chefia de redação:

O jornal estava sem dinheiro, Frias devia para todo mundo, passava metade do dia lutando contra os bancos, fazendo papagaio cobrindo aqui, levantando dali. O pessoal ganhava muito mal, andava maltrapilho. Tanto que, um dia, pedi para um menino pegar um copo de água, pensando que era o contínuo; era o editor da Internacional. (ABRAMO, 1988, p. 86-87)

Como Frias e Caldeira eram do ramo do empresariado, adotaram uma postura mais profissional frente ao jornal e se preocuparam, em um primeiro momento, em reorganizar e modernizar o jornal enquanto uma empresa capitalista. Neste sentido, o golpe foi bem recebido nas páginas da *Folha* visto que o jornal dependia ainda, e muito, de capital externo para se estabilizar. Ideologicamente, também não havia muita discordância entre o empresariado e o governo militar que tomou posse em 1964. Não foi apenas a *Folha*, mas praticamente toda a grande imprensa no país apoiou o regime. Este apoio da imprensa se consolidou pelo constante combate à “radicalização” dos ideais comunistas que, obviamente, não interessavam a uma empresa capitalista.⁶

De acordo com os próprios relatos de Frias⁷, os primeiros dez anos de sua gestão foram destinados a pagar dívidas e empréstimos, tanto que a *Folha*, neste primeiro momento, não se caracterizava como um jornal agressivo. Frias relatou que nunca teve gosto pelo “fazer jornalismo”, principalmente no início de sua carreira. O jornalista Carlos Brickman, em depoimento à Beatriz Kushnir (2004), reforça a identidade fortemente empresarial de Frias no momento de re-fundação da *Folha da Tarde* em fins dos anos 1960: “Naquela época, ele disse na minha frente que, em primeiro lugar, era criador de pintos, em

6 A obra de Taschner (1992), que analisa o processo de formação empresarial do grupo Folha, possui alguns testemunhos interessantes referentes ao apoio da empresa ao golpe de 1964 e sua posterior política de “desvencilhamento” ao regime, como se pode ver no seguinte depoimento de Boris Casoy, então editor-chefe do jornal: “A Folha foi atrelada, até determinado momento, por razões econômico-financeiras, de pagar as suas dívidas. Então ela se atrelou ao governo (...) hoje, se ela fizer, vai ser por opção editorial; não fez, é um jornal independente. (Boris Casoy, entrevista à autora em 03.09.1981. In: p. TASCHNER, 1992, p. 117).

7 Para uma exposição mais detalhada da atuação de Frias na *Folha*, consultar sua biografia: PASCHOAL (2007).

segundo, comerciante, em terceiro, industrial, em quarto, nada, em quinto, nada, em sexto, jornalista.”⁸

Os primeiros anos, “agônicos”, foram momentos em que o empresário assumiu ter vontade de “pular fora”. Para Frias, portanto, “os primeiros dez anos de *Folha* foram difíceis, muito difíceis. Depois, entramos no *boom* nacional. O país progrediu. Nós progredimos junto com o milagre econômico. E aí começou a sobrar dinheiro” (PASCHOAL, 2007, p. 121).

Os momentos iniciais de consolidação da *Folha* sob a nova direção são lembrados, portanto, como muito mais econômicos do que políticos. As impressões sobre a edição de 1º de abril de 1964, logo após a consolidação do golpe, foi caracterizada da seguinte maneira por Frias: “Que fosse factual. Mas não acompanhei a edição, não. Eu estava olhando para as dívidas e como é que eu ia pagá-las.” (PASCHOAL, 2007, p. 123). Mas é evidente que, para que a empresa se consolidasse enquanto um grande conglomerado, as relações com a política deveriam ser amigáveis no sentido de que não bar-rassem a sua expansão.

Neste período, a empresa manteve importantes relações com o Estado, sendo ele um dos seus principais anunciantes. Disto decorre o fato de que a grande expansão tecnológica da empresa, momento em que o jornal obtém lucros expressivos, se deu exatamente durante o período caracterizado pelos “anos de chumbo” do regime. No entanto, as lembranças da *Folha* que mais predominam, em especial aquelas rememoradas por seus donos e principais jornalistas – e que repercutem em pesquisas e interpretações sobre o tema –, estão mais preocupadas em legitimar a ideia de uma “revolução tecnológica”, momento em que o jornal apenas se preocupou em consolidar-se financeiramente, sem que, para isso, segundo tais lembranças, necessitasse de inúmeros acordos com o Estado, um de seus principais financiadores de fato. Assim, tem-se a memória de uma empresa que agiu de forma passiva, não provocou e ao menos teve relações com o regime ditatorial, caminhando paralelamente e praticamente por conta própria. Salvo da “esclerose administrativa”, o jornal aproveitou o momento de distensão política para firmar uma definição mais consolidada de sua política editorial.

8 Carlos Brickman, entrevista concedida à autora em 21.04.1999. In: KUSHNIR, 2004, p. 233.

É devido a esta postura que a *Folha* é lembrada como um jornal que praticamente não sofreu censura durante o regime, como afirma Otávio Frias Filho em depoimento a Taschner (1992): “A *Folha* lutou pouco contra a censura. Ela inclusive não sofreu censura [...] A *Folha* acatou, enquanto outros jornais, o *Estado*, enfrentaram a censura, tiveram censor na redação”.⁹ Atitude que, segundo a autora, mostra casos em que a imprensa, ao invés de sofrer com a repressão e a censura, aproveitou para acatar e, por motivos particulares, se beneficiar com o regime.

Uma das primeiras obras que procuram consolidar esta imagem da *Folha* – a mais citada por praticamente todos os trabalhos que realizam um estudo histórico sobre o periódico – é, pode-se dizer assim, sua obra “oficial”. A *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)* escrita por Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato, renomados historiadores da USP, é a única obra de fôlego que retrata o surgimento e a consolidação do grupo. O livro foi escrito por encomenda, a pedido de Otávio Frias Filho, para ser lançado, possivelmente, nas comemorações de 60 anos do jornal, o que torna mais fácil se pensar em alguma intenção particular da empresa para a consolidação de determinadas lembranças. Na obra, a ênfase se dá no processo de expansão mercadológica do grupo. Escrita em fins do regime militar, a análise não se estende nas relações entre a imprensa e o processo de abertura, relações estas que ainda eram ambíguas e pouco claras para uma interpretação mais aprofundada, como afirmam os próprios autores. A ideia mais clara presente nas páginas do livro se dá pela interpretação de uma empresa que passa por uma “revolução tecnológica” e conquista sua “autonomia financeira” na época do período ditatorial. Consequentemente, a busca por um projeto político cultural mais sólido surge a partir do processo de distensão política, momento em que a empresa enxerga possíveis brechas e, sanada de sua “esclerose administrativa”, trabalha com uma política mais firme no processo de transição democrática.

É nesse sentido que os autores analisam o período a partir do seguinte viés: 1962/1967: reorganização financeiro-administrativa e tecnológica; 1968/1974: a revolução tecnológica; 1974/1981: definição de um projeto político-cultural. Versão que será comumente utilizada nas análises históricas de outros autores referentes ao periódico. Retratar os anos de

1962 a 1967 como sendo o período de predomínio de uma reorganização “financeiro-administrativa e tecnológica” silencia um pouco os embates e contradições presentes naquele conturbado momento em que o jornal estava inserido. A análise não esconde o apoio da empresa ao golpe, mas reforça a tese de que, naquele momento, a preocupação maior do jornal era procurar uma consolidação de sua estrutura administrativa. Período marcado por um forte fervilhar na cena política nacional, a obra dá mais ênfase às grandes “revoluções” praticadas pela empresa nos períodos iniciais do regime, exaltando seu pioneirismo enquanto portadora de uma postura agressiva e empresarial. Assim, o estudo auxilia a empresa na legitimação da imagem de que a *Folha* passou os “anos terríveis” num processo de reformulação interna.

A obra de Gisela Taschner, *Folhas ao vento – análise de um conglomerado jornalístico no Brasil* consolida ainda mais a ideia de uma história pautada no processo de expansão tecnológica da empresa ao longo do regime militar.¹⁰ A análise da autora consiste no processo de consolidação da indústria cultural no Brasil, entre as décadas de 1960 e 1970 a partir da formação do grupo *Folha*. A constituição de uma indústria cultural, muitas vezes com o respaldo do regime autoritário, deu uma característica peculiar às empresas que dele se beneficiaram. Daí decorre a grande expansão do grupo ao longo desses anos.

É baseado nestas análises e nos inúmeros depoimentos que legitimaram as obras que as memórias sobre a *Folha* ao longo do período militar – e em especial nos seus momentos iniciais – podem ser consideradas como muito mais econômicas do que políticas. Memória manipulada em um nível prático, que a empresa enquanto um grupo carregado de opinião pretende quase que “obrigar” ao deixar de lado aquilo que procura esquecer. Tanto no nível da lembrança quanto no do esquecimento, a memória narrada pode facilmente enquadrar e manipular lembranças. Lembrando, rememorando e comemorando: é desta forma que se celebra a história, uma história “obrigada”, celebrada publicamente pelo abuso de memória e esquecimento: “História ensinada, história aprendida, mas também história celebrada. À memorização forçada somam-se as comemorações convencionadas. Um pacto temível se estabelece assim entre rememoração, memorização e comemoração” (RICOEUR, 2007, p. 98).

¹⁰ A obra é lançada em livro no ano de 1992, mas é fruto de sua tese de doutorado em sociologia, defendida na USP em maio de 1987. Taschner dialoga constantemente com o trabalho de Mota e Capelato.

⁹ Otávio Frias Filho, atual diretor de redação da *Folha de S. Paulo*, entrevista à autora em 10.10.1986. In: TASCHNER, 1992, p. 118.

“64-Brasil continua”: a construção de uma história nas páginas da *Folha*

Passemos agora do campo das lembranças à narrativa do acontecimento. Adotamos aqui a perspectiva de que o acontecimento jornalístico, assim como a memória, é uma construção social, seletiva e que “captura” da dita realidade os sentidos que a empresa em particular procura emergir. O jornalista deve ser visto, sob esta perspectiva, como agente ativo na construção do acontecimento. As notícias não refletem o mundo exterior sob a ótica de um profissional meramente observador que se anula e apenas reproduz o acontecimento na notícia. As notícias “são como são” porque é assim que os jornalistas e sua máquina burocrática trabalham ao pretender construir “estórias” a um determinado público consumidor.¹¹ Isso faz pensar que a memória propagada na e pela imprensa, constrói e legitima uma realidade a partir do momento em que seleciona aquilo que deve ou não ser noticiado, conhecido e lembrado. Portanto, os jornalistas tornam-se uma espécie de “senhores da memória” da sociedade que “ao legitimar o acontecimento, divulgando-o e tirando-o de zonas de sombra e de silêncio, impõe uma visão de mundo que atua outorgando poder” (BARBOSA, 2005, p. 109). Ao construir o acontecimento, este profissional seleciona parte da realidade, partindo do pressuposto de que os leitores “gostariam de saber” algo do que as instituições querem “fazer saber”. A questão do acontecimento também está sujeita a enquadramentos e se condiciona a uma perspectiva que é muitas vezes pré-construída.

Como se discutiu anteriormente, a *Folha* buscou sua reestruturação financeiro-administrativa em um dos momentos mais delicados da política nacional, onde o governo também passava por um período conturbado, de transição e grande instabilidade. Em 1961, João Goulart assumia a presidência da república após a renúncia de Jânio Quadros. Sob um governo parlamentarista que minava seus poderes de fato e o impediam de implantar as reformas previstas, instaurou-se certo clima de incerteza na nação que temia por suas propostas mais “radicalizantes”. As direitas conservadoras, o grande empresariado – grupo ao qual a *Folha* fazia parte e se identificava – e o governo opositor viam aquele momento como uma tentativa de aproximação do presidente dos preceitos radicais da esquerda comunista. Momento de tensão que se ampliou em 1963 quando Jango enfim assume o regime

11 Para estas noções referentes à ideia de acontecimento consultar, em especial, PONTES e SILVA (2010) e RODRIGUES (1993).

presidencialista, sob forte pressão. O clima de instabilidade aumenta e o ano de 1964 se inicia com grandes incertezas. A proposta do governo em delinear as reformas de base começou a se articular de forma mais clara naquele ano.¹²

Se o jornal estava preocupado naquele momento em apenas pagar as dívidas, como relembra Frias, é evidente, deve-se pensar, que a empresa mantivesse uma postura própria frente ao conturbado processo das agitações políticas. Postura que se apresentava como otimista e esperançosa. O problema maior eram as radicalizações que, se contornadas, dariam novo rumo à nação. É nesse contexto que o jornal edita o caderno especial, lançado em 31 de março – nos momentos mais delicados das radicalizações – sob o título de “64 – Brasil continua”. O encarte reflete muito bem a opinião e postura do jornal enquanto empresa preocupada em caminhar de forma tranquila junto ao progresso e desenvolvimento econômico do país. O texto que abre o caderno afirma:

Construir é um ato que encerra muito mais do que ciência e técnica, porque é necessariamente um ato de fé. Fé na capacidade nossa de fazer e fé no destino último do que fazemos. [...] Não importam os tropeços, os momentos de incerteza, aqueles instantes aflitos em que imaginamos parar, desistir, renunciar à tarefa, quando a eles opomos a fé em nosso propósito, em nossa determinação de vencer não para nós, egoisticamente, mas para todos, para a elevação de nossa gente, de nossa terra. Esta é a mensagem que 64-BRASIL CONTINUA, organizado pela equipe da FOLHA DE S. PAULO em íntimo contato com as mais ativas forças da produção nacional, procura levar a todos os seus leitores, a todos os brasileiros. Mensagem de fé que antagoniza os que vivem a proclamar a incurabilidade de nossos males de nação em pleno processo de desenvolvimento, e com reservas de energia capazes de superar os maiores obstáculos.¹³

Percebe-se que a tonalidade do texto é completamente entusiasta. Para a empresa, o que estaria por vir era um panorama de renovação e crescimento. A imagem

12 Não é aqui nossa intenção analisar detalhadamente o período. Precisamos apenas situar o contexto em que se deu o processo de construção do acontecimento nas páginas do jornal. Para mais consultar Ferreira (2010).

13 64- BRASIL CONTINUA. Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.707, p. 03, 31 de março de 1964.

que ilustra o editorial é, inclusive, a fotografia de um bebê em pleno nascimento, uma analogia à suposta situação da economia nacional. O caderno, com um total de 44 páginas, é estampado por diversos anúncios (ver fig. 01) que, segundo a empresa, demonstravam a “vitalidade” do país. Grupos que tem “contribuído com o máximo idealismo para a construção do progresso do Brasil.”¹⁴ Não é palavra sem conteúdo nem otimismo ingênuo, afirma o jornal, mas sim fatos que olham o futuro com plena confiança. O clima é de completo otimismo, mas ainda assim o jornal reconhece que se deve ter fé em um momento onde “Nem tudo são rosas, apenas rosas, em todos os campos. Há problemas, e graves. Mas o que existe de mais importante é que nenhum deles surge como insólúvel. [...] Mais do que as radicalizações, mais do que os fermentos de ódio, importa essa lição de trabalho e de fé.”¹⁵

“Avante”, bradava a *Folha* ao encerrar o texto. Era preciso percorrer um caminho que, obviamente, não estava sendo trilhado sozinho, pelo contrário. Constituído em sua grande parte por anúncios, o suplemento buscava informar seu leitorado sobre os inúmeros progressos no campo da indústria e agropecuária, da energia elétrica e siderúrgica, do varejo e da construção civil, do sistema bancário e da exportação. Os depoimentos do empresário davam ainda mais respaldo à opinião do jornal de que aquele seria um momento para se comemorar com muito trabalho e otimismo e afirmava. “para os céticos, jornal é papel pintado. Para nós, é papel santificado pelo ideal de liberdade, democracia e progresso.”¹⁶

Assim como as empresas que ali anunciavam, o jornal se colocava como um porta-voz do progresso, que têm trabalhado incansavelmente para dar continuidade ao regime de fé, democrático. Seus discursos refletiam também a suposta imagem de seu próprio leitorado, que assumiu nas defesas da dita “legalidade democrática”. O suplemento é o exemplo mais concreto de que a *Folha* neste momento se comportava como uma empresa preocupada com seus lucros e em reestruturar-se financeiramente e que, para isso, precisava sim definir-se politicamente. Vale citar alguns dos anúncios que estampam as páginas:

14 Idem.

15 Idem.

16 SUMÁRIO. 64-Brasil Continua. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.707, p. 04, 31 de março de 1964



Fig. 01: Folha - “64-Brasil Continua”
Suplemento especial lançado pela *Folha* em 31 de março de 1964.

Acreditamos nos resultados de uma dedicada e honesta aplicação da técnica. Acreditamos nos frutos do arduo trabalho. Acreditamos na capacidade do homem. Acreditamos no progresso do Brasil. (Aços Vilares, p. 05)

64 é o Brasil [...] Pense Brasileiro. Do nada fez-se uma nação. Pense e ajude a paz. Brasileiro: 64 é o Brasil. E depende de você. (Grupo Votorantim, p.07)

AÇUCAR: Alavanca do Progresso. Nós confiamos no futuro do Brasil. [...] Por isso mesmo, nossa mensagem é de confiança nos destinos do Brasil. E essa confiança necessariamente é o traço marcante da forma pela qual encaramos o ano de 1964. (Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, p 13)

Chama da paz e da esperança [...] Para todos os milhões de lares deste fabuloso país nossa mensagem de confiança e nossa certeza: 64 – Brasil Continua. (Cia. Ultraz S/A, p. 15)

VAMOS CONTINUAR. Todos estão trabalhando. Todos querem paz e sossego. Para as crises, verda-

deiras ou provocadas (existem desde o primeiro dia do Brasil). Há uma resposta brasileira: “Vamos continuar” e vamos trabalhar! (Resistahl Aços de Alta Resistência, p. 24)

VOTO DE CONFIANÇA. É com prazer que a São Paulo Light oferece a sua colaboração à iniciativa da FOLHA DE S. PAULO, representada pela campanha construtiva, de fundo educacional e de alto sentido patriótico, sob a legenda “1964 – Brasil Contia”, que hora se inicia. É UM VERDADEIRO VOTO DE CONFIANÇA NO FUTURO.(São Paulo Light S.A. , p. 42)¹⁷

O otimismo da *Folha* neste momento refletia a imagem de uma empresa que aparentemente não mais temia o futuro, pelo contrário. Era como se as radicalizações, agora com a intervenção dos militares, estivessem a ponto de se esgotar. Era como se o Brasil estivesse pronto para caminhar para frente, rumo ao progresso, e o jornal, seguro para apoiar a nação em seus novos caminhos. No final do suplemento há ainda um panorama geral que avalia a atuação da *Folha* naquele ano em que o jornal “cresceu e convenceu”:

Para a Folha, 1963 foi um ano de trabalho e de realizações excepcionais. Houve crise e dificuldades, mas em compensação nunca houve um ano tão dinâmico e tão profícuo. [...] Evidentemente, as crises ou ameaças de crise que afligiram o país em 1963 foram sentidas pelo jornal. Mas, dentro de um espírito positivo, encarando com confiança e serenidade o futuro do Brasil, a Folha levou a efeito toda uma série de empreendimentos e desenvolveu o programa de expansão do jornal.¹⁸

Apesar de todo o conturbado cenário, as crises e dificuldades eram vistas pelo jornal como passado, estavam no ano anterior e pareciam ter sido superadas. Só restava à empresa apoiar, expandir o crescimento da nação e caminhar junto para que esta ainda mais prosperasse. Desta forma, o texto afirma que 1963 foi o ano em que mais leitores começaram a comprar a *Folha*, sendo

17 64- BRASIL CONTINUA. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.707, p. 03, 31 de março de 1964.

18 FOLHA-64: o jornal cresceu e convenceu. 64- Brasil Continua. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.707, p. 42, 31 de março de 1964.

que seus esforços para “conservar-se sempre imparcial e equilibrado” foram bem compreendidos pelo leitorado que, segundo o jornal seria “todo mundo (e cada vez mais todo mundo), e quem fabrica ou vende produtos para todo mundo “descobriu” que a FOLHA é o veículo ideal de comunicação.”¹⁹ Aqui a empresa assume um discurso empreendedor, visto que o caráter do suplemento era mostrar a prosperidade da nação, o aumento das vendas, o crescimento da economia. Os textos procuram evidenciar que não só a *Folha*, mas toda a sociedade brasileira atravessou positivamente o processo de crise e agora caminhava a passos largos. Aumentou suas vendas, ampliou seus leitores que, acredita-se, estavam longe de ser representados como “todo mundo”, mas sim por uma parcela da população bem específica que se identificava com os preceitos de como o jornal enxergava a nação naquele momento.

Os discursos, por mais que dotados de um caráter fortemente econômico, tinham um fundo político claro e procuravam direcionar seu leitorado para um novo processo de transição política. Aqueles que com fé acreditavam em seu país, poderiam com a empresa caminhar. Assim, a *Folha* fecha o suplemento com um texto que procura refletir sobre a missão da imprensa que, alheia a grupos e partidos políticos, procurava informar e formar a opinião pública:

Liberal, a FOLHA DE S. PAULO apresenta aos seus leitores uma página de editoriais que marcam o pensamento dominante em sua direção, mas faz questão de incluir em suas páginas artigos de outros comentaristas que defendem, por vezes, pontos de vista diversos. Assim, procura o jornal ser, ele mesmo, uma clara definição contra as radicalizações de toda sorte, dando ao seu leitor a possibilidade de escolher opiniões diversas, que possa cotejar e julgar, aceitando-as ou desprezando-as. Não aceita a FOLHA, é claro, a pregação subversiva nem o comentário que a isto equivalha, isto é, o comentário que negue a democracia e procure de algum modo destruir os princípios pelos quais se torna possível a todo cidadão a liberdade de opinião e crítica, de que a FOLHA constitui marcante exemplo.²⁰

19 FOLHA-64: o jornal cresceu e convenceu. 64- Brasil Continua. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.707, p. 42, 31 de março de 1964.

20 MISSÃO da imprensa é informar e formar a opinião pública. 64- Brasil Continua. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.707, p. 43, 31 de março de 1964.

O que se pode com esse texto é praticamente concluir que a *Folha* caminhou por um processo conturbado ao construir seus discursos. Dizia-se imparcial, aberta a todas as opiniões, mas desde que estas não atingissem um estatuto subversivo e contrário à democracia. Liberal e democrata, o jornal não aceitava comentários que pudessem ferir diretamente seus princípios. Seu discurso era, portanto, econômico e político. Econômico, preocupado com o processo político. Político, que visava a fins econômicos. Assim foi construído o acontecimento em suas páginas: o golpe foi visto como necessário porque em um primeiro momento colocava ponto final no processo de radicalização, o que para a empresa se tornava urgente e necessário.

Nos dias seguintes ao golpe os editoriais ainda sustentavam suas convicções frente à radicalização. A preocupação da empresa agora era discutir os rumos da nação, visto que o conturbado processo de insubordinação havia se dissipado e a empresa, para continuar o almejado crescimento, precisava andar paralelamente ao governo. O editorial do dia 02 de abril – cobrindo praticamente toda a página 04 de opinião do jornal - faz um grande balanço sobre o processo que desencadeou a tomada de poder pelos militares e situa de forma clara como o jornal entendia o processo naquele momento.

Seu texto afirma de início que a posição da empresa foi clamar “em defesa da Constituição” e do regime democrático sem visar a ninguém pessoalmente, dirigindo as críticas a todos os setores, do presidente a grupos civis e militares. Mas, apesar de tudo, os “clamores foram vão”, pois o processo de radicalização só tendia a se agravar com o passar dos dias e a “sementeira vermelha” havia se tornado cada vez mais abundante, o que não demorou a produzir seus “amargos e venenosos frutos” da manipulação de um “povo” condicionado aos líderes populistas. A situação foi ficando insustentável quando a tentativa de “golpe” abalou inclusive as Forças Armadas, maior órgão representante da legalidade nacional: “Numa verdadeira fúria de quem precisa realizar em pouco tempo uma obra imensa de destruição, [...] surgia o golpe que deveria pronunciar o fim da legalidade democrática.”²¹

O “golpe” para o jornal era visto, portanto, como a tentativa da esquerda em destruir os preceitos democráticos, que teve seu estopim com a Revolta dos Marinheiros. Já o que acabou por derrubar a insubordinação foi

um “movimento”, pautado nos princípios democráticos e em defesa da lei. A empresa tinha suas posições claramente definidas e as defendia em seus editoriais. Desta forma, não foi passiva, atuou diretamente na composição das posições políticas que polarizavam a nação. É sob esta perspectiva que a empresa pensava a situação:

Não houve rebelião contra a lei, mas uma tomada de posição em favor da lei. Na verdade, as Forças Armadas destinam-se a defender a pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem. Ora, a pátria estava ameaçada pelo comunismo, que o povo brasileiro repele. Os poderes constitucionais haviam sido feridos de morte, tantos os desrespeitos a Constituição, a lei, ao regime federativo. E a ordem periclitava com a quebra da disciplina e de hierarquia nas Forças Armadas. [...] Assim se deve enxergar o movimento que empolgou o país. Representa, fora de dúvida, um momento dramático de nossa vida, que felizmente termina sem derramamento de sangue. E termina com a vitória do espírito da legalidade, reestabelecido o primado da Constituição e do Direito.²²

De acordo com o editorial, é possível compreender que o “movimento” agiu em um processo baseado na legalidade, onde nada mais restava a fazer. O jornal assume, inclusive, a voz de (seu) “povo” ao afirmar que este repele as agitações subversivas. Ao se pronunciar em nome do outro, o editorial tenta garantir legitimidade à sua fala, se isenta da atuação, ao mesmo tempo em que procura conjecturar sobre os possíveis desdobramentos da nação. Momento “dramático”, mas que felizmente havia se encerrado sem maiores perdas. Findo o processo de radicalizações, o jornal parecia se sentir mais à vontade para colocar suas opiniões da forma que não atrapalhassem os ideais econômicos da empresa.

Se em um primeiro momento a *Folha* procurava agir com cautela, temendo a polarização, agora não tinha mais o porquê de se manter impassível. “O Brasil continua”, afirmava o editorial do dia seguinte, em alusão ao suplemento lançado em 31 de março e que, para a *Folha*, fora uma espécie de “premonição” dos acontecimentos. De acordo com as impressões do texto, o país voltara ao regime de plena legalidade, apesar de que muitos, “ainda atônitos com os acontecimentos e em particular com o seu desfecho, talvez não se tenham dado conta de que o

21 EM DEFESA da lei. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.709, p. 04, 02 de abril de 1964.

22 EM DEFESA da lei. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.709, p. 04, 02 de abril de 1964.

país se acha de novo subordinado ao regime constitucional.”²³

É pelo tom político de seu discurso que a *Folha* procurava instaurar, portanto, um clima de legalidade ao “movimento” que derrubou Goulart. Mas agora o que a empresa intentava era, de certa forma, articular possibilidades, caminhos que a nação, seu leitorado, e ela mesma deveriam seguir. Convicta de suas opiniões, a campanha se voltava como um projeto. Repetidamente, o jornal procurou enfatizar esta opinião. No dia 05 de abril o jornal afirma que “o que se restabeleceu foi a legalidade - legalidade, mesmo. A legalidade da Constituição e das leis. [...] Essa legalidade que a FOLHA DE S. PAULO repetidamente reclamou, quando a violavam os poderosos.”²⁴ A ideia de “legalidade” surge como um movimento inverso à ideia de “radicalização” que antes dominava as páginas do jornal. Se esta se encontrava praticamente controlada, o que seria preciso neste momento era garantir respaldo para que o processo político continuasse de forma tranquila.

Desta forma, a implantação do primeiro Ato Institucional, dias depois, foi vista pela *Folha* como uma “importante medida” dos chefes militares, mais “sensíveis” que os civis aos problemas nacionais.²⁵ As medidas de exceção seriam cruciais, em sua opinião, para barrar a ameaça de “comunização” do país. Isso mostra que o projeto de “legalidade” que se pretende instaurar pela empresa é uma medida política clara para se manter os preceitos do “movimento” que derrubou Goulart. O Ato Institucional visava, portanto, minar supostos poderes de “revolucionários” e manter a “consolidação do processo democrático, retirando aos elementos comunistas, assim como aos políticos corruptos, a possibilidade de continuar a fazer da situação econômica do país o tremendo caos em que ela se vinha tornando.”²⁶ Por mais que assumisse que havia perigo e apreensão pela medida tomada, o jornal se colocava em defesa do regime que, com a eleição do presidente

articulada para o dia seguinte, retomaria o crescimento e colocaria novamente em ordem o país.

Sob as imposições do Ato Institucional nº 1, o Marechal Castelo Branco, visto pelo jornal como um “elemento perfeitamente identificado com os altos objetivos da revolução”²⁷ é eleito o primeiro presidente do regime militar, em 11 de abril de 1964. Com a escolha do novo presidente, parece que a “revolução” estava “definida”, como afirmava o editorial do dia seguinte. Restava à *Folha* garantir-se firme frente ao regime para continuar progredindo: “Temos agora um homem de autoridade e respeitável a dirigir os destinos do país. Confiemos, sem renunciar jamais à nossa missão que hoje é mais do que isso, porque é dever para com a pátria, de informar e criticar, em permanente vigília.”²⁸ O acontecimento, inscrito nas páginas do jornal, se encerrava como que terminado um ciclo. À empresa restava apenas manter-se em vigília, pois precisava continuar, assim como a nação, o seu crescimento.

O que se procurou aqui foi perceber o processo de construção do acontecimento, sua nomeação na cena pública e a inscrição nas lembranças dos atores que, envolvidos direta ou indiretamente no processo, auxiliaram para problematizar, em um constante jogo de confrontamentos e negociações, como o acontecimento foi rememorado e “utilizado” sob outras conjunturas ao longo do tempo. O “golpe de 1964”, como aqui denominado, não foi visto desta maneira pela *Folha* naquele momento. O que ocorreu para o jornal foi um “movimento”, uma “revolução democrática” que, pelo contrário, surgiu para derrubar uma possibilidade de “golpe” que partia da esquerda insubordinada.

As direções tomadas pelo jornal para a construção do acontecimento evidenciaram posições de cunho fortemente político. Portanto, a *Folha* construiu-o a partir de suas próprias opiniões. Opiniões que remetiam a uma empresa em fase de reestruturação e que precisava de um governo democrático e estável para prosperar. Desta forma, ela enxergou o acontecimento de uma forma particular e assim que o fazia “ser visto” ao seu público. Esta construção do acontecimento contrapõe em parte as lembranças de alguns de seus jornalistas e dirigentes que, em um presente particular, procuraram inscrever outro estatuto à identidade do jornal frente ao período.

27 NOVO PRESIDENTE. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.718, p. 04, 11 de abril de 1964.

28 REVOLUÇÃO DEFINIDA. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.719, p. 04, 12 de abril de 1964.

23 O BRASIL CONTINUA. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.710, p. 04, 03 de abril de 1964.

24 LEGALIDADE MESMO. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.712, p. 04, 05 de abril de 1964

25 O Ato Institucional Número Um - AI-1 - foi decretado em 09 de abril de 1964 e, dentre outras prerrogativas, suspendeu direitos políticos da oposição, com eventuais ameaças de prisão e cassação, instaurou eleições indiretas para a residência da República e suspendeu a Constituição brasileira durante seis meses.

26 O ATO INSTITUCIONAL. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.717, p. 04, 10 de abril de 1964.

Confrontar a construção do golpe, inscrito nas próprias páginas da *Folha*, com aquelas lembradas por seus atores e que procuraram legitimar uma história própria do periódico é um exercício instigante para pensar como a memória, a lembrança e o esquecimento estão intrinsecamente ligados à constituição de sua própria identidade. Como se pôde constatar, a condição de produção do discurso modifica seus sentidos. Um acontecimento, “nomeado” diversas vezes ao longo do tempo, pode se inscrever sob diferentes significações, o que garante a sua enunciação em um caráter de atualidade.

Quando a imprensa se utiliza deste passado em um presente particular, podemos afirmar que há alguma intenção nas lembranças? Por estarmos tratando de um discurso que é constantemente re-atualizado no presente, é possível afirmar que há uma seleção e um enquadramento próprio deste acontecimento visando objetivos atuais? Qual o sentido da reconstrução de um mesmo acontecimento, reafetado na duração? Deixamos as interrogações, que perpassam as reflexões que este artigo pretende problematizar.

Referências:

ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

BARBOSA, Marialva. Jornalismo impresso e a construção de uma memória para a sua história. In: BRANGANÇA, A.; MOREIRA, S. V. (orgs.) *Comunicação, acontecimento e memória*. São Paulo: Intercom, 2005.

_____. Meios de comunicação e usos do passado: temporalidade, rastros e vestígios e interfaces entre Comunicação e História. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael (Orgs.). *Comunicação e história: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauad X; Globo Universidade, 2008.

CASADEI, Eliza Bacheга. *Jornalismo e Reconstrução do Passado: os fatos históricos nas notícias de hoje*. Dissertação de mestrado em Comunicação. São Paulo (SP): USP, 2010.

DIAS, Luiz A. Informação e Formação: apontamentos sobre a atuação da grande imprensa paulistana no golpe de 1964. O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo. In:

Nilo Odalia; João Ricardo de Castro Caldeira. (Org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. 1 ed. v.3. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora UNESP/Arquivo do Estado, 2010

DIAS, André Bonsanto. *O presente da memória: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o “golpe de 1964” e a “ditabranda”*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Imprensa, 1981.

PASCHOAL, Engel. *A trajetória de Octavio Frias de Oliveira*. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

PONTES, Felipe Simão; SILVA, Gislene. Acontecimento jornalístico e história. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. (Org.). *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Editora Insular Ltda., 2010.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. Lisboa: Vega, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. O rosto do mundo. In: *Folha de S. Paulo. Primeira Página 1925-1985*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1985.

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Fontes:

Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.707, 31 de março de 1964.

Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.709, 02 de abril de 1964.

Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.710, 03 de abril de 1964.

Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.712, 05 de abril de 1964

Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.717, 10 de abril de 1964.

Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.718, 11 de abril de 1964.

Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.719, 12 de abril de 1964

Recebido: 05/09/2012

Aprovado: 23/10/2012